

IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”

19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

A GESTÃO DE ACESSO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA REVISÃO TEÓRICO METODOLÓGICA DA ARQUIVOLOGIA

VITOR M. MARQUES DA FONSECA

vitorfonseca@terra.com.br

RESUMO: Independentemente de todas as mudanças que ocorreram nos arquivos ao longo dos séculos, tais instituições permanecem visando, fundamentalmente, guardar e dar acesso a documentos, vistos como registros com valor de prova e/ou informação. Para que tais objetivos básicos sejam alcançados, é vital que os documentos sejam organizados e descritos, sem o que sua recuperação fica, necessariamente, comprometida. Todo o esforço que a área de arquivos vem realizando no sentido de normalizar a descrição de documentos tem, entre outras, repercussões, duas consequências imediatas sobre o acesso. A primeira é o alargamento das possibilidades de recuperação da informação, na medida que a busca pode ser realizada a partir dos próprios documentos, das funções e/ou atividades dos produtores, dos custodiadores de acervo e das pessoas, famílias e entidades coletivas envolvidas nos registros. A segunda é que essa busca pode ser feita em muitas instituições aos mesmo tempo, já que o uso de normas permite a criação de bases de dados cooperativas, que estendem a pesquisa aos acervos de várias entidades arquivísticas. Finalmente, a terceira é a própria educação do pesquisador em seu trabalho – sabendo que todos os custodiadores vão descrever seus conjuntos documentais a partir de uma mesma estrutura informativa, na medida em que a domine, sua atividade se torna muito mais ágil, e mais fácil a decisão de quais unidades de descrição deve ou não compulsar.

Palavras-chave: descrição arquivística, norma de descrição, acesso

IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA
“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”
19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

Painel Ensino e Pesquisa em Arquivologia no Brasil

A QUESTÃO DA APRENDIZAGEM NA GRADUAÇÃO: SUA RELAÇÃO COM O
ENSINO E A PESQUISA

Linete Bartalo¹
linete@uel.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

RESUMO: Discute a questão da aprendizagem contextualizada no vasto campo da educação. Destaca a profissão arquivística como uma das que sentem o impacto do quadro contemporâneo de forma mais acentuada no que diz respeito à utilização da informação e o reflexo que este impacto deve ter no ensino de graduação. Apresenta as discussões a respeito do ensino e da pesquisa encetadas pela área de Arquivologia em 1995, 2000 e 2010 e as relaciona ao ensino e à aprendizagem do profissional em formação. Defende a tese da indissociabilidade entre ensino e aprendizagem, ressaltando, porém a separação dos dois processos. Conclui pela necessidade do esforço da área de arquivologia em nível nacional em dar prosseguimento às recomendações emanadas da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, principalmente no que diz respeito à implementação de pesquisas na área específica de arquivologia.

Palavras chave: aprendizagem em arquivologia; ensino em arquivologia, pesquisa em arquivologia; perfil do profissional arquivista.

1 INTRODUÇÃO

As rápidas transformações sociais decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico ocorridas nas últimas décadas, deram ensejo à criação do Programa Sociedade da Informação, o qual tem como finalidade

lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial (TAKAHASHI, 2000, p. 1).

As implicações deste quadro contemporâneo para todas as profissões, principalmente para aquelas que tem a informação como matéria prima de seu trabalho, causam impacto, uma vez que os paradigmas dos referenciais teóricos, em função da prática a eles ligados, sofrem profundas e significativas alterações. A arquivística é uma

¹ Doutora e mestre em Educação, Professora do curso de Arquivologia e do Mestrado Profissional em Ciência da Informação da UEL.

destas profissões, cujos reflexos foram sentidos de maneira mais acentuada, em virtude da matéria prima de seu trabalho constituir-se de informação.

Assim, os projetos pedagógicos dos cursos que formam estes profissionais devem propor um perfil que venha a refletir a demanda social que se faz por conta destes impactos, pois, conforme pontua Takahashi (2000, p. 45)

[...]educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica.

O perfil do profissional relaciona-se diretamente ao processo de ensino ao qual se expôs ao longo de sua formação. Dessa forma, as atividades desenvolvidas durante o curso, por serem parte desse processo, devem ser levadas em consideração ao traçar-se este perfil.

A respeito do ensino e da aprendizagem, elementos presentes na educação e, por conseguinte nos projetos pedagógicos, observa-se que até alguns poucos anos atrás, o primeiro era priorizado em relação ao segundo. O sistema educacional colocava desafios que freqüentemente se limitavam ao seguimento de programas de ensino previamente estabelecidos, com pouca possibilidade de interferência dos alunos e mesmo dos professores. O ensino era de massa, o aluno era padrão, o professor era quem organizava e distribuía informações e tarefas, a sala de aula era só o local de “assistir a aula”, os conceitos de aula, de desempenho, de professor, de aluno, não eram questionados, simplesmente do professor esperava-se que “desse aula” e do aluno disciplina, obediência e passividade. O ritmo e o fluxo de interações, fundamentais aos processos de aprendizagem, eram majoritariamente controlados pelo professor, que posteriormente deveria prestar contas à coordenação e direção.

As reações a esse modelo começaram quando se descobriu que a aprendizagem, por ser um processo amplo e complexo deveria ser separado do ensino e estudado em cada um de seus aspectos. Porém, é pesada ainda a herança do antigo paradigma que paira sobre a sociedade, principalmente sobre a comunidade escolar, legado que levará gerações para ser reconceitualizado. Ao mesmo tempo em que a maioria dos educadores concorda que o modelo tradicional de ensino é inadequado para os dias de hoje, ao entrarem em suas salas

de aulas e fecharem suas portas, eles acabam reproduzindo o antigo modelo, negado em seus discursos; manifestam-se contra as práticas fundamentadas no modelo tradicional, mas, apesar da difusão dos novos paradigmas, das novas tendências educacionais, eles ainda não sabem agir diferente e isso se coloca como um paradoxo.

Sendo considerado "fenômeno altamente complexo e multideterminado" (Boruchovitch, 1993, p. 134), o processo de aprendizagem depende, entre outros, das variáveis do contexto como as propiciadas pelo ensino, além de empenho e conhecimentos prévios por parte do aluno. As variáveis relativas ao ensino, apesar de estarem vinculadas a uma ampla política educacional, dependem, em última análise, das estratégias adotadas pela escola e pelo professor. Muitos autores defendem a influência de conhecimentos prévios no processo de aprendizagem, entre eles, Silva (1981), Marini (1986), Alliende e Condemarin (1987), Thomas, Bol & Warketin (1991), Bartalo & Bzuneck (1995).

O contexto de aprendizagem, uma das variáveis que interfere no processo de aprendizagem constitui-se na visão do aluno a respeito de um conjunto de elementos que compõem o ambiente de aprendizagem. O valor que cada aluno atribui a fatores como discussões em torno dos conteúdos de ensino, esforço do professor, dele próprio e dos colegas, capacidade, qualidade das tarefas realizadas, competitividade, relacionamento professor-aluno e aluno-aluno, além dos sentimentos negativos e positivos em torno destes e de outros fatores, as experiências em sala de aula, as lideranças existentes, as crenças individuais e coletivas, a natureza da disciplina e a forma de desenvolvê-la, são componentes do contexto de aprendizagem, que apesar de ser constituído coletivamente é percebido sob a ótica individual, interferindo, por conseguinte, individualmente no processo de aprendizagem.

Dessa forma, o perfil do profissional formado por um curso é delineado por um conjunto de variáveis além do currículo oferecido pela escola. Entre estas variáveis encontram-se o empenho pessoal, os interesses individuais, o contexto de aprendizagem e o perfil do corpo docente, entre outros.

A formação do arquivista, o ensino, a aprendizagem e a pesquisa na área de Arquivologia têm sido temas de eventos na área, pois é uma profissão que apesar de ser muito antiga, teve sua estruturação como oferta acadêmica no Brasil, somente a partir de 1977. Dessa forma, os profissionais da área, tanto no Brasil como no exterior, tem buscado o entendimento do que seja realmente importante para a formação do profissional.

Enquanto agentes e sujeitos das transformações sociais e tecnológicas atuais, Jardim (1999, p. 32) acredita que

os arquivistas têm obrigação de estudar a Arquivologia em três dimensões que se integram, ou seja, o conhecimento arquivístico, as organizações arquivísticas e o próprio arquivista. Na interseção destas três dimensões encontra-se o ensino arquivístico, tendo como principais atores o arquivista em formação inicial e o arquivista como docente e pesquisador.

A investigação está diretamente relacionada ao progresso de qualquer área de conhecimento, como sintetizam Rousseau & Couture (1998, p. 277) de que "não há verdadeira formação, sem que esta se baseie na investigação". Investigações sobre o corpo de conhecimento de uma ciência, sobre o mercado de trabalho e sobre o próprio profissional, tornam-se assim imprescindíveis na busca de uma melhoria da qualidade da formação do profissional, bem como da capacitação do docente pesquisador.

Esforços no sentido de verificar a adequação do perfil do profissional formado às exigências do mercado de trabalho têm sido encetados por educadores preocupados com as grandes questões educacionais. A preocupação com a adequação da formação ao mercado emerge da prática docente, das observações cotidianas em salas de aulas, laboratórios e contatos formais e informais com o corpo discente.

A importância da análise, pesquisa e discussão se concretiza nas exigências sociais atuais, onde as necessidades do mercado evoluem rapidamente, passando a exigir a cada dia capacitação mais ampla que a estritamente profissional, pois além de dominar a técnica, espera-se do profissional de hoje que também compreenda os processos, bem como os avanços científicos e tecnológicos dos quais estas mudanças são decorrentes e que ainda seja capaz de contextualizar criticamente a sua prática frente a essas mudanças. Enfim, é de se esperar que a qualificação do profissional contemporâneo deva capacitá-lo a "mudar constantemente o seu fazer dada a velocidade [...] nas alterações da estrutura ocupacional" (Tenca, 1996, p. 5) em função da rotatividade da realidade de mercado devido a rapidez com que as novas tecnologias são inseridas no trabalho.

Assim, para além da aprendizagem de conteúdos é preciso ensinar o aluno a "aprender a aprender", pois os conteúdos aprendidos (ou pelo menos, ensinados) durante a graduação, além de serem basilares, não dão conta das exigências sociais e profissionais que mudam velozmente. A cada nova situação no mercado de trabalho, o profissional deve reposicionar-se e buscar aquilo que lhe falta em termos de conhecimento para fazer frente à demanda, ou seja, ele deve ser capaz de identificar a sua necessidade de conhecimento para uma circunstância específica, buscar as informações e produzir o conhecimento adequado,

enfim, aprender. Nesse sentido Ribeiro (2003, p. 115) alerta que “para aprender é preciso aprender como fazer para aprender, que não basta fazer e saber, mas é preciso saber como se faz para saber e como se faz para fazer”.

2 A EVOLUÇÃO DA ARQUIVÍSTICA E DA PROFISSÃO DE ARQUIVISTA

A existência dos arquivos remonta à Antigüidade. Pode-se afirmar que desde que o homem começou a registrar seus conhecimentos, criando e preservando documentos, o arquivo começou a existir. A evolução dos arquivos constitui-se na própria trajetória da evolução do homem. No Livro de Esdras, provavelmente escrito entre os séculos IV e III Antes de Cristo, há referências a “arquivo”, conforme transcrito abaixo:

Esdras 5, 17 a 6, 2:

¹⁷Portanto, se o rei achar conveniente, que se faça uma pesquisa nos arquivos reais da Babilônia, para ver se é verdade que o rei Ciro mandou reconstruir o Templo de Deus em Jerusalém. Depois, comuniquem a nós a decisão do rei.

¹Em vista disso, o rei Dario mandou investigar o tesouro da Babilônia, que também servia de arquivo.

²Verificou-se, então, que em Ecbátana, fortaleza da província da Média, havia um rolo onde estava escrito o seguinte: (BÍBLIA SAGRADA, 2002).

Também Tallafigo (1994, p. 37) afirma que a técnica de conservação e serviço de arquivo começou no milênio IV-III Antes de Cristo na Mesopotâmia e Síria, onde "todas as peças estavam identificadas e descritas para serem recuperadas a qualquer momento. Eram arquivos." No Egito, na Grécia e em Roma, também, existiam arquivos na Antigüidade, sendo que já naquela época respeitava-se a procedência do documento, formando os "fundos arquivísticos", um dos princípios da arquivística até os dias de hoje.

Bautier, citado por Tallafigo (1994, p. 36) e por Mundet (1994, p. 26) divide a história da evolução dos arquivos em quatro períodos: 1) a época dos arquivos de palácio, que corresponde em termos gerais à Antigüidade; 2) a época dos cartórios, abarcando os séculos XII a XVI; 3) a época dos arquivos como arsenal de autoridade, que se estende por todo o Antigo Regime desde o século XVI ao Século XIX; e 4) a época dos arquivos como laboratório da história, desde o início do século XIX até meados do século XX.

Até o Século XVIII as instituições geravam e tratavam seus documentos de modo pragmático, apenas para fins administrativos. Com o incremento da pesquisa histórica no século XIX, a Arquivologia, segundo Britto (1999, p. 10), passou a ser uma "ciência

auxiliar da História". Influenciada pelas grandes mudanças socio-econômicas do começo do século XX, a Arquivologia voltou a servir à administração, emergindo dessa trajetória duas tendências: uma da "Arquivologia histórico-erudita" e outra de uma "Arquivologia biblio-documental". Em outras palavras, pode-se afirmar que o uso primário do documento, configurado nos arquivos correntes (uso administrativo, enquanto o motivo pelo qual o documento foi criado ainda está vigindo) e o uso secundário do documento, configurado nos arquivos permanentes (uso histórico e de prova, que acontece depois de esgotado todo o uso primário, administrativo e serve à história) caracterizam a polêmica em torno da origem desta dicotomia. A harmonização destas duas tendências é uma questão que se arrasta até os dias de hoje, existindo, porém, atualmente a busca de uma Arquivologia integrada.

A literatura aponta o ano de 1898 como marco da transformação da arquivística pragmática em ciência, quando foi escrito o primeiro Manual para classificação e descrição de arquivos, por três arquivistas holandeses, Samuel Muller, Johan Feith e Roberto Fruin, considerado como uma das obras fundamentais para o desenvolvimento da Arquivologia.

O Conselho Internacional de Arquivos, criado no início da década de 50, congregou esforços no sentido de unificar a profissão arquivística, defendendo que o trabalho nos arquivos correntes e nos arquivos permanentes tem ênfases diferentes decorrentes dos usos distintos (primário e secundário) dos documentos, mas que este fato não justifica considerar a arquivística como auxiliar da história ou da administração, mantendo sim, com estas áreas relações de complementariedade e de suplementariedade (Bellotto, 1990).

O debate em torno desta polêmica, no entanto, continua, bem como a busca da consolidação da Arquivologia como campo científico, consubstanciada nos esforços atuais no sentido de implementar discussões e propor percursos visando o avanço da área. Uma das grandes contribuições a esse debate é o trabalho de Marques (2007) que teve como objeto de estudo o processo de formação e configuração da arquivística como disciplina científica no Brasil, trabalhando com três questões centrais: qual é a trajetória dessa formação; como a arquivística se configura no campo científico; e quais são as suas relações com as outras disciplinas nesse processo. Em sua conclusão, a autora explicita que

[...] a inserção desses cursos em universidades públicas tem favorecido uma "cultura de pesquisa", uma vez que os docentes dessas universidades têm, em geral, um compromisso com a investigação científica. A formação da

disciplina no Brasil está, portanto, em transformação [...] de uma área eminentemente técnica/prática, para uma disciplina que tem conquistado seus espaços científicos, por meio dos seus diálogos (MARQUES, 2007, p. 176).

Dessa forma e tendo claro que mesmo com o favorecimento da cultura da pesquisa, propiciada nas escolas públicas, é necessário um esforço consciente dos atores em todo o território nacional para que o avanço da área, tendo a pesquisa como imprescindível seja efetivado.

3 TENDÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

Embora sendo uma "velha profissão" (Lajjeunesse citado por Rousseau & Couture, 1998), a arquivística constitui-se num corpo de conhecimento cuja sistematização visando a formação de arquivistas é recente, sendo que no Brasil o primeiro curso superior foi implantado a partir de 1977, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Nos cursos de arquivologia existem esforços na busca de uma consolidação do entendimento do que seja realmente importante para a formação de um bom profissional. Segundo Jardim e Fonseca (1999, p. 7),

São vários os modelos internacionais de formação de arquivistas tanto quanto são diversos os entendimentos sobre o que é um arquivista. Todos os modelos vigentes, inclusive o brasileiro, encontram-se sob questionamento em face dos novos paradigmas de gestão da informação.

A I REBRARQ - Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia - realizada em 1995, considerando os debates desenvolvidos ao longo do evento estabeleceu, entre outras, as seguintes recomendações (Jardim e Fonseca, 1999, p. 198):

que seja ampliada, nos cursos de Arquivologia, a pesquisa no campo arquivístico, vinculando-a à melhoria da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação na área;

que seja redefinido o currículo mínimo da graduação em Arquivologia, alicerçado num projeto pedagógico para a área;

que sejam ampliadas, no âmbito dos currículos de graduação e pós graduação, as abordagens quanto à gestão da informação arquivística no ambiente empresarial;

que sejam estimulados programas de capacitação docente dos professores dos cursos de Arquivologia;

que sejam elaborados estudos quanto 'viabilidade de harmonização curricular nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, respeitadas as especificidades destas áreas;

que a formação de arquivistas esteja referida às demandas sociais e científicas do moderno profissional da informação.

Professores de cursos de arquivologia do MERCOSUL, reunidos no Rio de Janeiro em abril de 2000, de acordo com o Boletim Informativo do Arquivo Público de Santa Catarina (2000, p. 3), ao debateram questões relacionadas à harmonização da formação de arquivistas no MERCOSUL, apontaram para várias recomendações, entre elas

a

realização de reuniões nacionais sobre o ensino, pesquisa e extensão na formação do arquivista; realização no âmbito do Congresso Brasileiro de Arquivologia de uma reunião de docentes objetivando o intercâmbio de experiências dos diversos cursos de graduação na implementação das diretrizes da LDB.

Em junho de 2010 a Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília promoveu a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia que reuniu representantes dos quinze cursos de arquivologia brasileiros, os quais apresentaram os seguintes aspectos de seus respectivos cursos: currículos, vínculo institucional, pesquisa discente, infraestrutura (tecnologias de informação e laboratórios), atividades de extensão e promoção de eventos, caracterização dos docentes e implicações na pesquisa. O documento **Síntese das apresentações dos Cursos de Graduação em Arquivologia** (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2010), produzido por ocasião deste evento, traz o panorama dos quinze cursos brasileiros e aponta que em relação aos currículos existe uma grande diversidade, sendo que somente a disciplina “estágio” aparece em todos eles. Quanto ao perfil do profissional, além de não contemplar a dimensão da pesquisa e da docência na formação, os cursos de arquivologia brasileiros possuem diferentes perspectivas, possuindo duração e carga horária diferenciadas.

Em decorrência das discussões destes aspectos, a plenária, ao final, consensuou as seguintes recomendações:

Reafirmar o papel das IES no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão;

Refletir sobre as consequências do crescimento dos cursos de Arquivologia nas universidades públicas;

Ratificar a necessidade de investimento em projetos de extensão sobre a inserção social da Arquivologia;

Criar um grupo de estudos para estudar a harmonização mínima dos currículos, respeitando as contingências históricas e as configurações atuais de cada curso;

Cada curso deve criar um grupo de estudos, ou fazer um projeto de TCC/iniciação científica, para produzir uma série histórica sobre o perfil do seu corpo discente, inclusive com as causas da evasão;

Viabilizar, em cada universidade, a representação dos cursos de Arquivologia nas suas instâncias deliberativas;

Viabilizar a criação de um periódico especializado, conforme os critérios da CAPES e divulgar os periódicos já existentes que estão na lista da CAPES;

Incentivar a continuação da formação dos docentes (PROGRAD – CAPES);

Estudar as oportunidades de atuação do arquivista no mundo do trabalho (além das convencionais), tendo em vista a expansão dos horizontes da sua formação;

Rever a descrição da profissão de arquivista na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

Os cursos devem supervisionar a atuação das empresas júniores;

Os cursos devem acompanhar a atualização do acervo bibliográfico da suas bibliotecas e demandar orçamento das IES para aquisição de livros na área;

Buscar meios para uma política de publicação de obras arquivísticas nacionais, bem como a tradução de obras estrangeiras, propondo às editoras universitárias uma série sobre Arquivologia;

Enquanto não existe o mestrado em Arquivologia, buscar a criação de linhas de pesquisas em Arquivologia nos programas de pós-graduação que compartilham o mesmo espaço de cursos de graduação;

Incentivar a participação dos docentes nos grupos de pesquisa formais do CNPq;

Providenciar a filiação dos cursos de Arquivologia ao International Council on Archives (ICA);

Viabilizar a participação brasileira no Comitê da Seção de Formação do ICA, buscando representação;

Incentivar a participação dos docentes em editais das agências financiadoras federais e estaduais;

Assumir um compromisso com a preservação dos acervos universitários, a exemplo do que vem sendo feito na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Fluminense (UFF);

Na medida do possível, otimizar os recursos financeiros e humanos dos cursos na realização de eventos da área;

Investir nos sítios eletrônicos dos cursos de Arquivologia, priorizando a transparência das ações e padronizando as informações;

Providenciar o levantamento dos projetos financiados pelas agências federais, estaduais e pelas próprias universidades;

Cada curso deve providenciar o mapeamento das pesquisas (financiadas ou não) dos seus docentes;

Pensar em um projeto nacional para investigar as imagens sociais do arquivista, dividido em subprojetos coordenados pelos cursos na sua cidade. Buscar-se-á recursos de editais do ICA para tal pesquisa.

Estabelecer, como uma política dos cursos, o envolvimento dos alunos de graduação nos seminários de grupos de pesquisas, workshops, assim como nos eventos da pós-graduação;

Cada curso deverá investigar em quais programas de pós-graduação os egressos dos seus cursos estão se inserindo. (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2010)

Estas reuniões discutindo questões pertinentes ao ensino e sua melhoria demonstram as preocupações e as inquietações dos professores, alunos e ex alunos que acreditam no avanço de uma ciência que deve se renovar através de pesquisas, se firmar e se desvencilhar da dependência de outras ciências, rumo à sua consolidação.

A arquivologia tem seu objeto de estudo bem definido -a informação arquivística- e possui um corpo de conhecimento teórico que orienta sua prática, que por sua vez resulta em novas reflexões que reformulam a teoria, como toda ciência.

Neste contexto, há de se concordar com Bottino (1999, p. 14) quando pontua que compete à universidade "mais que habilitar universitários para atuar como profissionais no mercado de trabalho [...] formá-los para influir na realidade onde vão atuar numa perspectiva de mudança", ou seja, que o profissional agregue às suas competências a autonomia.

A autonomia, a liberdade e a independência do ser humano, consideradas por Dewey (1952) como metas essenciais do verdadeiro processo de educação para a vida, têm sido retomadas por autores contemporâneos como Pfromm Netto (1982), Lederma (1998) e Fonseca (1999), entre outros, quando colocam a importância dos processos de criação e disseminação de conhecimento na libertação do homem.

Para dominar fatos e técnicas de sua área, entender os princípios e teorias a eles relacionados, interpretar criticamente suas experiências à luz desses princípios e, principalmente, colocá-los em prática eficientemente, o indivíduo deve ser autônomo e permear suas ações em uma base sólida de conhecimento e atitudes proporcionadas por sua formação e por atualizações constantes, nas quais a (re)construção de uma disposição para o aprender coloca-se como imprescindível.

4 POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

Seguramente, a constatação dos pontos fortes e fracos de uma área é o passo fundamental para o estabelecimento de propostas visando o seu avanço. A área de

arquivologia parece ter conseguido estabelecer rumos em decorrência da discussão da situação atual na I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, tanto é que já definiu os locais das próximas três reuniões anuais. A II Reunião será sediada pela parceria entre Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, em 2011; a III Reunião será sediada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, em 2012; e a IV Reunião será sediada pela parceria entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, em 2013 (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2010). Uma vez planejadas as próximas três reuniões, bem como suas sedes, urge congregar esforços para a sua consecução criando um compromisso com o desenvolvimento de pesquisas e sua conseqüente produção científica, o que, com certeza, contribuirá para alavancar o progresso da área.

Há de se destacar a recomendação no sentido de incentivar os professores a participarem dos grupos de pesquisa formais cadastrados no CNPq, a fim de que desenvolvam pesquisas na área de arquivologia. Fonseca (2005) realizou um levantamento em 2003 das teses e dissertações produzidas no período de 1992 a 2003, disponíveis no banco de teses no site da Capes e apontou a incipiente produção de 48 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado.

Sem pesquisa, o ensino de qualquer área fica comprometido e na área de arquivologia não poderia ser diferente. Assim, urge neste momento este incentivo e esta conscientização, não só dos docentes dos cursos de graduação, mas de toda a comunidade arquivística brasileira para que canalizem energia para este aspecto tão importante. Araújo (1996, p. 19) pontua que

Se considerarmos o ensino como atividade de construção de conhecimento, como atividade que “ensina a aprender”, veremos que o campo no qual se inicia é a pesquisa. Assim, o ensino se fundamenta na pesquisa para realizar a grande tarefa de ensinar a pensar.

Na perspectiva da produção de conhecimento por intermédio da implementação de pesquisas, sejam elas através de iniciação científica, de trabalhos de conclusão de curso, de monografias de especialização, de mestrados e doutorados ou ainda de pesquisas desenvolvidas pelos docentes, afiliados ou não a grupos de pesquisa formalizados, pressupõe-se que o contexto de aprendizagem dos cursos se transforme e, em decorrência

propicie ao aluno perceber um ambiente favorável ao “aprender a aprender” e atribuir valor ao aprendizado ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE G. F. ; CONDEMARIN, M. **Leitura**: Teoria, avaliação e desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. 239 p.

ARAUJO, Eliany Alvarenga de. A Importância da Pesquisa para a Formação e o Desenvolvimento Acadêmico. **Inf.&Inf.**, Londrina, v.1, n.1, p.18-21, jan./jun. 1996.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.uel.br/revistas/informacao/>> Acesso em: 20 ago. 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Boletim Informativo n. 31, abr/jun 2000.

BARTALO, Linete ; BZUNECK, José Aloyseo. Percepção do contexto de aprendizagem dos alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) : sua relação com adoção de estratégias de estudo e aprendizagem. **Inf. & Inf.**, Londrina, UEL, v. 0, n. 0, p. 21 - 35, jul./dez. 1995.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Formação profissional e ensino arquivístico. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro (SP), v. 9, n. 2, p. 37 - 48, jul. 1990.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo : Paulus, 2002. Disponível em:

<www.paulus.com.br/BP/_INDEX.HTM> Acesso em: 20 ago. 2010.

BOTTINO, Mariza. A interdisciplinaridade na graduação em arquivologia. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ : EdUFF, 1999. c. 5, p. 113 - 122.

BORUCHOVITCH, Evely. A psicologia cognitiva e a metacognição : novas perspectivas para o fracasso escolar brasileiro. **Tecnologia educacional**, v. 22, n. 110/111, p. 22-28, jan./abr. 1993.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. Cartografia do ensino universitário de arquivologia nas Américas. . In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ : EdUFF, 1999. c. 1, p. 9 - 30.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: breve tratado de filosofia de educação. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1952. 470 p.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos : acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago 1999.

_____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro : FGV, 2005. 124 p.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ : EdUFF, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. O perfil do aluno do curso de arquivologia da UFF. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ : EdUFF, 1999. c. 6, p. 123 - 158.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino de arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ : EdUFF, 1999. c. 2, p. 31 - 52

LEDERMA, Xavier R. Lectura y educación en la modernidad latinoamericana. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 28, p. 35 - 41, 1998.

MARINI, A. **Compreensão de leitura no ensino superior** : teste de um programa para treino de habilidades. São Paulo : USP, 1986. (Tese de doutoramento).

MARQUES, Angélica Alves da. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. Brasília : UnB, 2007. Dissertação (Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MUNDET, José Ramón Cruz. **Manual de arquivística**. 3.ed. Madrid Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

PFROMM NETTO, Samuel. Alguns aspectos da psicologia do livro e da leitura. **Comunicações e Artes**, São Paulo, n. 11, p. 151 -174, 1982.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 1, 07 a 09 jun. 2010, Brasília. **Deliberações, recomendações e moção**. Brasília, 2010.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 1, 07 a 09 jun. 2010, Brasília. **Síntese das apresentações dos Cursos de Graduação em Arquivologia**. Brasília, 2010.

RIBEIRO, Célia. Metacognição: um apoio ao processo de aprendizagem. **Psicologia : Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 109-116, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16802.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2010.

ROUSSEAU, Jean- Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1998.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil** : livro verde. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>> acesso em: em 05 jan. 2010.

TALLAFIGO, Manuel Romero. **Archivística y archivos**: soportes, edificio y organización. 2. Ed. Sevilla : S & C Ediciones, 1994.

TENCA, Alvaro. Neo liberalismo, mercado de trabalho e educação na era da globalização. **Circuito Prograd**, 6. Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação. São Paulo PROGRAD, p. 1-10.

THOMAS, J.W.; BOL, L.; W ARKETIN, R.W. Antecedents of college students' study deficiencies : the relationship between course features and students' study activities. **Higher Education**, n. 22, p. 275-296, 1991.